

## Políticas públicas de promoção de saúde e orientação profissional em AAL em Campo Grande/MS, Brasil

## Políticas de promoción de la salud pública y orientación profesional en AAL en Campo Grande/MS, Brasil

## Public health promotion policies and professional guidance in the Outdoor Gyms in Campo Grande/MS, Brazil

\*Vitor Ávila Alexandre dos Anjos, \*\*Giselle Helena Tavares, \*Joel Saraiva Ferreira,  
\*Junior Vagner Pereira da Silva

\*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Brasil), \*\*Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)

**Resumo:** As experiências com atividade física no tempo de lazer com objetivos de promoção da saúde se encontram condicionadas por diferentes fatores, dentre eles, políticas públicas, por meio do fomento de orientação e acompanhamento por profissionais de Educação Física em espaços públicos. Esta investigação, teve por objetivo analisar a atuação de professores de Educação Física no acompanhamento e orientação no uso dos aparelhos de AAL sob administração da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS. A pesquisa é de corte transversal, quali-quantitativa, descritiva-exploratória e de campo. O objeto de análise foram usuários das AAL, os gestores municipais e documentos de setores responsáveis pela política de esporte e saúde municipal. A entrevista estruturada e análise documental foram utilizadas como técnicas de pesquisa. Os resultados indicam que a maioria dos usuários não dispõem de orientação e acompanhamento de professores de Educação Física; que os locais de atendimento são estabelecidos com base na participação de atores visíveis e invisíveis, com atendimento em horários de menor exposição ao Sol. A maioria dos usuários não compreendem a função dos aparelhos, qual grupamento muscular exercitam e não são autônomos para uso, condição que pode estar relacionada a maioria não dispor de orientação e acompanhamento. Conclui-se que a política relacionada as AAL, no que tange a orientação e acompanhamento de professor de Educação Física, é ineficiente.

**Palavras-chave:** Tempo disponível. Lazer.

**Resumen:** Las experiencias de actividad física en el tiempo libre con objetivos de promoción de la salud están condicionadas por diferentes factores, entre ellos, las políticas públicas, a través de la promoción de la orientación y seguimiento por parte de los profesionales de la Educación Física en los espacios públicos. Esta investigación tuvo como objetivo analizar el desempeño de los docentes de Educación Física en el seguimiento y orientación del uso de dispositivos AAL bajo la administración del Municipio de Campo Grande / MS. La investigación es transversal, cuali-cuantitativa, descriptiva-exploratoria y de campo. El objeto de análisis fueron usuarios de AAL, gestores municipales y documentos de sectores responsables de la política municipal de deporte y salud. La entrevista estructurada y el análisis documental se utilizaron como técnicas de investigación. Los resultados indican que la mayoría de usuarios no cuenta con la orientación y seguimiento de los profesores de Educación Física; que las ubicaciones de los servicios se establecen en base a la participación de actores visibles e invisibles, con presencia en los momentos de menor exposición al sol. La mayoría de los usuarios no comprende la función de los dispositivos, qué grupo de músculos ejercitan y no son autónomos para su uso, condición lo que puede estar relacionado con que la mayoría no tiene orientación y seguimiento. Se concluye que la política relacionada con AAL, en cuanto a la orientación y seguimiento de un docente de Educación Física, es ineficiente.

**Palabras clave:** Tiempo disponible. Recreación.

**Abstract:** The experiences with physical activity in leisure time with health promotion objectives are conditioned by different factors, among them, public policies, through the promotion of guidance and monitoring by Physical Education professionals in public spaces. This investigation aimed to analyze the performance of Physical Education teachers in monitoring and guiding the use of Outdoor Gyms equipment under the administration of the Council of *Campo Grande / MS*. The research is cross-sectional, quali-quantitative, descriptive-exploratory and field. The object of analysis were users of Outdoor Gyms, municipal managers and documents from sectors responsible for municipal sports and health policy. The structured interview and documentary analysis were used as research techniques. The results indicate that the majority of users do not have guidance and monitoring from Physical Education teachers; that the service locations are established based on the participation of visible and invisible actors, with attendance at times of less exposure to the sun. Most users do not understand the function of the gym equipment, which muscle group they exercise and are not autonomous for use, condition which may be related to the majority not having guidance and monitoring. It is concluded that the policy related to the Outdoor Gyms, regarding the orientation and monitoring of a Physical Education teacher, is inefficient.

**Keywords:** Time available. Leisure. Outdoor Gyms.

---

Fecha recepción: 02-09-20. Fecha de aceptación: 02-12-20

Felipe Rodrigues da Costa  
fcostavix@gmail.com

## Introdução

A proporção de pessoas inativas fisicamente, com insuficiente envolvimento em atividades físicas no lazer, tem se mostrado elevada tanto no Brasil (Anjos, Barbosa, Wahrlich & Vasconcellos, 2012; Brasil, 2019; IBGE, 2017) quanto em outras regiões do planeta (Khol, Craig, Lambert, Inoue, Alkandari, Leetongin & Kahlmeier, 2012; GoPA, 2016). São diversos os fatores que dificultam e limitam a ocupação do tempo disponível com atividades físicas, configurando-se em barreiras relacionadas aos domínios ambientais, sociais, físicos e comportamentais (Vieira & Silva, 2019).

Esse quadro indica que a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo no tempo de lazer não exige somente mudanças de comportamento no sujeito, tendo em vista que há fatores intimamente relacionados às ações e serviços inerentes ao estado (Bobbio, 1987; Dye, 2010), produtor por excelência de políticas públicas (Souza, 2006), especialmente os fatores vinculados ao ambiente físico construído – informação, arquitetura, urbano-suburbano, recreação, entretenimento, transporte (Matsudo, Araújo, Matsudo & Guedes, 2006). Há, ainda, condicionantes gerais de vida que devem ser considerados, tais como as formas de organização de vida, da sociabilidade, da afetividade, da cultura e do lazer de cada pessoa (Carvalho, 2002).

Para intervir positivamente no estilo de vida da população, considerando a complexidade de fatores ligados ao tema, o governo brasileiro instituiu em 2006 a Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS (Brasil, 2006). Foram definidas ações específicas para receberem fomento governamental ao seu desenvolvimento no contexto das políticas públicas de saúde, inclusive de forma intersetorial e com mobilização de parceiros, tanto para a execução quanto para a avaliação das ações realizadas (Brasil, 2015).

Entre as ações específicas da PNPS foi incorporada a atividade física/prática corporal, cujo direcionamento à população se fundamenta em uma concepção de intervenções práticas e processos educativos que ultrapassam a mera transmissão de conhecimento (Moretti, Almeida, Westphal & Bógus, 2009). Nesse sentido, a atividade física/prática corporal, caracterizada como ação de promoção da saúde, tem sido ofertada de diferentes formas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Recente estudo de revisão apontou que essa ação é realizada por profissionais de educação física no contexto da saúde pública brasileira em diferentes regiões do

país, principalmente nas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), frequentemente em forma de programas de exercícios físicos (principalmente com grupos de caminhada), tendo como público-alvo prioritário adultos e idosos (Ferreira & Ferreira, 2017).

Há ainda outros espaços e equipamentos que se tornaram populares na infraestrutura urbana das políticas públicas de promoção de atividades físicas, com destaque para o expressivo crescimento na disponibilidade de Academias ao Ar Livre - AAL (Madren, 2013). A presença desses equipamentos em espaços públicos é um fator motivador para a população praticar atividades físicas (Fermino & Reis, 2013).

No entanto, as pesquisas que abordam tais espaços voltam-se prioritariamente à investigação das características dos usuários (Ibiapina, Moura, Santiago & Moura, 2017; Iepsen & Silva, 2015; Micali, Fukushima, Carmo, Costa & Codogno, 2019; Souza, Fermino, Añez & Reis, 2014), o que remete a uma escassez de dados sobre o panorama da oferta, acompanhamento profissional e monitoramento da atividade física/prática corporal desenvolvida nas AAL.

Para cobrir esta lacuna de conhecimento, o presente estudo foi realizado com o objetivo de analisar a atuação de professores de Educação Física no acompanhamento e orientação no uso dos aparelhos de AAL sob administração da Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS. Especificamente, objetivou investigar os locais que dispõem de acompanhamento e orientação por profissional em Educação Física; analisar o cronograma de atendimento; identificar a percepção dos usuários sobre a usabilidade dos aparelhos e sobre as atividades realizadas; avaliar as fontes de informação que os usuários recorrem para orientar o uso dos aparelhos; investigar a percepção dos gestores municipais sobre a política de orientação nas AAL.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa transversal, qualitativa, descritiva-exploratória e de campo (Gil, 1999).

A população do estudo foi formada por usuários das AAL existentes em Campo Grande-MS e gestores da Fundação Municipal de Esporte (FUNESP) e Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), responsáveis pela gestão das AAL. Utilizou-se amostra não probabilística por conveniência, composta por 275 usuários, oriundos das sete regiões urbanas do município (Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirussu, Lagoa, Prosa e Segredo)

e dois gestores públicos da Prefeitura Municipal de Campo Grande, sendo um vinculado a FUNESP e outro a SESAU. Também fizeram parte do estudo, documentos da gestão municipal - Programa Movimenta (Fundação Municipal de Esportes, 2016), Projeto Lazer e Cidadania (Fundação Municipal de Esportes, 2018) e Programa Viver Legal (Secretaria Municipal de Saúde, 2011).

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: A) Usuários das AAL: ser usuário de uma AAL da área urbana do município de Campo Grande; estar presente em uma AAL investigada no dia e horário da coleta de dados; aceitar participar do estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); Gestores: exercer a função de gestão de programas vinculados às AAL; ser indicado pelo gestor responsável pelo setor administrativo municipal.

Já os critérios de exclusão foram: A) Usuários das AAL: ter menos de 18 anos de idade; não aceitar participar do estudo; se negar a assinar o TCLE; B) Para os gestores: não aceitar participar do estudo; se negar a assinar o TCLE.

As AAL foram inicialmente identificadas por intermédio do Sistema Municipal de Indicadores de Campo Grande, o que subsidiou, após o mapeamento e localização das mesmas nas sete regiões do município, a pesquisa de campo e coleta de dados junto aos usuários.

A técnica de investigação adotada com os usuários e gestores foi a entrevista estruturada, realizada nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, por meio de formulários estruturados criados especificamente para os fins do estudo. Na realização da entrevista, tanto com usuários quanto gestores, as questões foram lidas pelo pesquisador e as respostas verbalizadas pelos sujeitos da pesquisa.

O instrumento utilizado com os usuários foi composto por questões abertas, organizadas em dois constructos - fontes de orientações no uso dos aparelhos (Você possui orientação ou acompanhamento de algum professor de Educação Física sobre como utilizar os equipamentos disponibilizados na ALL? Caso sim, quantas vezes por semana? Se possui orientação e acompanhamento, o número de aulas e o horário das orientações disponibilizadas são suficientes para que você faça uso de maneira adequada dos equipamentos sem a presença do professor? Com base em quais informações você executa os movimentos? Você já leu alguma vez a placa de orientação existente nas ALL? Se sim, as informações foram suficientes para executar os movimentos nos aparelhos com segurança e de forma adequada?) e uso autônomo dos aparelhos das AAL (Quais são as

dificuldades que você sente em usar os aparelhos disponíveis? Você sabe para que serve cada um destes aparelhos? Caso a resposta seja sim, compreende quais grupamentos musculares cada aparelho trabalha? Você possui alguma sugestão, elogio ou até mesmo reclamações em relação ao serviço disponibilizado?).

Com os gestores, foi utilizado um formulário estruturado, composto por oito questões abertas (Há quanto tempo você atua como gestor ou coordenador das ALL? Quantos polos das ALL existem na Cidade de Campo Grande- MS? Em todos os polos existem orientação e acompanhamento dos usuários por professores de Educação Física? Caso não, quais polos dispõem de acompanhamento e orientação por professores de Educação Física? Quais são os critérios utilizados para determinar os polos que terão ou não o serviço? Qual é o horário de atendimento das orientações e acompanhamento por professores de Educação Física nos polos que dispõem deste atendimento? Os acompanhamentos e orientações são realizados de forma permanente, intervalada ou em formato de rodízio? Caso não seja permanente, de quanto em quanto tempo ocorre o acompanhamento e orientação em cada polo?)

Adotando as sugestões de Andrade (2015), antes da aplicação na amostra, o instrumento foi testado por meio de estudo piloto, afim de ajustá-lo e melhor preparar o entrevistador. Os dados obtidos foram tratados e apresentados por meio de análise de frequência absoluta e relativa.

Para o tratamento dos documentos utilizamos a análise de conteúdo, que consiste em conjunto de técnicas que permite minuciar de forma sistemática o corpo de material textual coletado por meio de questionários ou entrevistas, para assim desvendar e quantificar as informações de palavras, frases ou temas considerados chaves para a resolução da problemática levantada (Coutinho, 2014).

A análise de conteúdo foi organizada em três fases: pré-análise; exploração do material e tratamento de dados. Na pré-análise realizamos o primeiro contato com os dados e, em seguida, exploramos o material que «[...] refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, como recorte (escolha das unidades), enumeração (escolha das regras de contagem) e classificação (escolha da categoria)» (Gil, 1999, p. 152). Por fim, tratamos os dados, que consistiu na interpretação dos resultados e recorremos a ilustração gráfica por meio de quadro.

A pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos, seguindo as

recomendações da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2013 e a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação por Comitê de ética em Pesquisa sob parecer nº 2.148.816/2017.

## Resultados/discussão

O acompanhamento e orientação por professores de Educação Física durante o uso dos aparelhos da AAL, ocorreu com 46,2% da amostra, ou seja, a maioria não dispõe desse serviço. O déficit também foi evidenciado na entrevista realizada com os gestores.

«Infelizmente todos não né? [...] hoje a gente tem alguns professores atuando nos parques e praças [...] e não são em todos os horários que a gente gostaria [...] a dificuldade é viabilizar a contratação desses professores. [...] a gente também tem que priorizar outras atividades, como ginástica, pilates e treinamento funcional, e daí a gente encaixa alguns horários para atender as academias ao ar livre» (Gestor A).

«[...] Algumas unidades não estão cobertas por falta de profissional, inclusive, não existe nem concurso aberto para chamar profissionais de Educação Física para essa atuação, então não tem como a gente cobrir (orientação/acompanhamento) todas essas academias. [...] Nem todos os polos existem acompanhamento, até por que são 20 profissionais de Educação Física [...] e alguns atuam apenas em uma unidade de saúde, então algumas unidades não estão cobertas por falta de profissional» (Gestor B).

Em que pese avanços tenham ocorrido no âmbito das políticas públicas com a criação de espaços que favoreçam a vivência de atividades físicas no lazer, como evidenciado em Campo Grande – MS, que dispõe de 53 AAL, a mesma atenção não é destinada aos recursos humanos para atuação na orientação e acompanhamento do uso dos aparelhos.

A baixa disponibilidade de profissionais de Educação Física para acompanhamento e orientação da população também foi evidenciada em Florianópolis com usuários de AAL, pois apenas 23% contava com esse tipo de serviço (Costa, Freitas & Silva, 2016).

Não obstante, o baixo alcance desse serviço em programas de atividades físicas não se limita a programas relacionados às academias públicas, mas as atividades físicas de lazer em geral, pois no Rio Grande do Sul, somente 16,11% da amostra recorreu a orientação e acompanhamento de profissionais de Educação Física, enquanto a maioria buscou orientações em serviços privados (78%) (Oliz, Dumith & Knuth, 2020). Em nível

nacional, apenas 1,9% de 60.202 pessoas investigadas teve acesso a programas públicos de atividades física (Ferreira, Caputo, Häfele, Jerônimo, Florindo, Knuth & Silva, 2019).

Há indícios de que o déficit de profissionais de Educação Física em espaços públicos para acompanhamento e orientação se encontra relacionado ao espaço limitado dessa demanda na *agenda-setting* da política municipal, haja vista que este problema também tem sido evidenciado nas parcerias do Programa da Academia da Saúde (PAC), em que o Governo Federal disponibiliza aporte financeiro para construção e custeio e aos municípios compete contrapartidas, dentre elas, a disponibilização de recursos humanos.

A *agenda-setting*, a luz da teoria de análise multifluxos, consiste em uma lista de temas que em algum momento se faz alvo de atenção das autoridades, podendo sua seleção se dar com base na dinâmica de três fluxos – os problemas, a política e os atores políticos. Neste cenário, temas e projetos que obtiveram espaço, sofrem nova filtragem na análise de respostas aos problemas selecionados, configurando-se em nova disputa (Kingdon, 2007). Na especificação das alternativas, os diferentes temas e projetos que despertaram alguma atenção e sobreviveram a primeira filtragem, seguem para um novo momento das políticas públicas, que consiste na seleção de respostas aos problemas e a constituição da agenda política.

Com base na análise documental, evidenciou-se que há um espaço na agenda tanto da área do esporte (FUNESP) como na saúde (SESAU) para ações relacionadas à promoção da saúde por intermédio de atividades físicas no lazer. Porém, não houve sucesso da articulação de ações, por meio de uma estratégia intersetorial na estruturação das AAL, especialmente no que tange à disponibilização de profissionais de Educação Física.

Na criação de alternativas, a construção de academias, em detrimento da contratação de professores ou estratégia conjunta (criação de espaços e contratação de profissionais de Educação Física para atuarem em todos os espaços), obteve maior sucesso na especificação de alternativas (Anjos & Silva, 2021). Na FUNESP, a disponibilização de professores de Educação Física para atuarem nas AAL também passou por disputa interna com outras práticas corporais, como a ginástica, pilates e treinamento funcional, conforme verbalizado pelo gestor A, o que indica concorrência no âmbito da *policy issues*.

Em relação a distribuição dos professores de Educação Física, evidenciou-se que a FUNESP utiliza critérios

objetivos relacionados às demandas (procura da população) e características dos espaços (estado de conservação e arborização) e a SESAU, critérios objetivos vinculados as demandas (solicitação da população) e dados epidemiológicos sobre doenças crônicas não transmissíveis nas regiões.

«[...] O critério é a procura da população nesses espaços, então a gente sabe que tem alguns lugares que a população gosta de frequentar as academias [...]. A academia estar em bom estado, arborizada e com sombra» (Gestor A).

«[...] O pedido da população né? A necessidade e o mapeamento das doenças e agravos não transmissíveis [...]. O maior número de hipertenso, o maior número de obeso e maior número de diabético [...]. A gente colocou os profissionais de Educação Física para acompanhar» (Gestor B).

A influência da opinião da população na condução de decisões dos gestores da FUNESP e SESAU na especificação de alternativas é pautada na atuação de atores invisíveis, os quais, segundo Kingdon (2007), na seleção de um tema ou projeto, levam em consideração a aceitabilidade do público, dotação orçamentária e viabilidade técnica, dentre outros. Por outro lado, ao utilizar informações relacionadas ao bom estado, arborização e sombra das academias (FUNESP) e indicadores de doenças crônicas não transmissíveis (SESAU) nas decisões sobre quais unidades das AAL serão atendidas, materializa-se a atuação de atores políticos visíveis, que pautam suas decisões no conhecimento das situações/questões, por meio de indicadores, evento/foco ou *feedback*, que consiste em informações a respeito de programas existentes, obtidos formalmente (monitoramento) ou informalmente (denúncias ou reclamações) (Kingdon, 2007).

No que tange a influência da dotação orçamentária na agenda política e determinação dos conteúdos que farão parte, a partir da criação da lei de responsabilidade fiscal, se observa com frequência a adoção da justificativa por gestores do executivo da inexistência e insuficiência de recursos para atender e fomentar os direitos sociais, sobretudo, aqueles relacionados ao esporte e lazer, considerados como pressupostos de direitos, os submetendo a políticas de caráter redistributivo, cortando investimentos em políticas sociais e os colocando em estrutura hierárquica, que, por vezes, são reprimidas e somente viabilizados quando as demais estiverem sanadas.

Condição diferente é o da saúde, a qual embora seja um direito social, dispõe de repasses de recursos

financeiros que se encontram assegurados pelo Fundo Nacional de Saúde. Os repasses ocorrem por meio de blocos de financiamento, dentre eles, o da Atenção Básica, que se encontra estruturado pelo componente Piso da Atenção Básica fixo, repassado mensalmente aos municípios e componente Piso da Atenção Básica variável, transferido mediante adesão e implementação de ações que os recursos se destinam (Brasil, 2011).

Em que pese Campo Grande – MS não dispor de nenhuma unidade do PAS e as AAL não se enquadrarem no rol de academias públicas classificadas como similares, logo não fazendo jus ao recebimento de recursos da Atenção Básica de Saúde (Brasil, 2017), observa-se que a política de acompanhamento e orientação por professores de Educação Física adotada pela SESAU dispõe de alinhamento com a perspectiva do PAS, pois os professores que desenvolvem orientações são vinculados aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

A obrigatoriedade de disponibilização de recursos humanos, se encontra normatizada pelo artigo 12, da Portaria nº 2.681, de novembro de 2013, que estabelece a atuação de profissionais da Atenção Básica a Saúde, dentre eles, os que atuam na Estratégia da Saúde da Família e NASF, como responsáveis pelo desenvolvimento de atividades no PAS (Brasil, 2013).

Contudo, mesmo com repasses fixados, a limitação de recursos para custear profissionais capacitados, dentre outros, figurou como uma das principais barreiras para implantação e manutenção do PAS em dois municípios paulistas (Mota, Viana & Bousquat, 2016) e em municípios de Santa Catarina (Paiva Neto, Mazo, Sandreschi, Petreça & Rech, 2019). As dificuldades municipais com a disponibilização de contrapartidas no PAS também foram verificadas no relatório nacional de 2017 (Brasil, 2018).

Torna-se necessário que, gestores da administração pública, superem a compreensão simplista de que as políticas sociais devem ocupar segundo plano na agenda política e serem implementadas tão-somente quando os demais conteúdos estiverem supridos.

Além de se configurar em direito social, a criação de espaços e programas sob orientação de profissionais capacitados, podem corroborar com a promoção da saúde da população, sobretudo aquela de menor poder aquisitivo, logo, veículo de justiça social, pois as instalações esportivas privadas, com cobrança de taxa de uso, são os locais mais utilizados por brasileiros para prática de esportes (IBGE, 2017), a maioria dos usuários de serviços de orientação por profissionais de Educação Física ocorrem por meio do mercado (Oliz, Dumith &

Knuth, 2020) e a população brasileira sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo e meio, figura entre os que menos praticam esportes e atividades físicas (IBGE, 2017).

Em relação aos horários que os acompanhamentos ocorrem nos cinco espaços geridos pela FUNESP, não há orientação em nenhuma AAL no período vespertino, um dos oferece orientação profissional aos finais de semana, dois contam com orientação nos períodos matutino e noturno, enquanto três oferecem orientações apenas no período matutino. Outra evidência é que o localizado na região central da cidade, concentra maior número de horários com orientação profissional, comparativamente aos outros quatro localizados na periferia do município.

Não foram encontradas informações relacionadas ao quadro de horários da orientação nos documentos da SESAU. Porém, a entrevista realizada com o gestor, permite identificar predominância do período matutino, presença de atendimento no final do período vespertino e atuação dos profissionais de UBSF nas academias.

«[...] na parte da manhã, começamos as 06:00 da manhã até as 09:00 da manhã, por conta do tempo (sol) e do horário de clima, algumas unidades oferecem a partir das 16:00h e outras até as 18:00h [...] lembrando que essas academias estão junto que os profissionais de Educação física trabalham em conjunto com a Unidade de Saúde» (Gestor B).

A literatura especializada revela que os horários de atendimento com orientações de profissionais de Educação Física em atividades físicas de lazer voltadas à promoção da saúde em espaços públicos são diversos, oscilando entre matutino e vespertino, em projetos do Programa Nacional de Promoção da Saúde (Amorim, Knuth, Cruz, Malta, Reis & Hallal, 2013); matutino, vespertino e noturno, no PAC em Belo Horizonte (Lopes, Ferreira, Mendonça, Dias, Rodrigues & Santos, 2016); matutino e noturno, em Academias da Cidade em Belo Horizonte (Silva, Sena, Matos, Lima & Silva, 2014) e noturno, entre usuários de AAL em Paranaguá (Mathias, Melo Filho, Szkudlarek, Gallo, Fermínio & Gomes, 2019).

Em Campo Grande, os horários de acompanhamento e orientação em AAL que dispõem desse serviço indicam estar relacionado ao tipo de estrutura física do espaço. A ausência de acompanhamento e orientação no período vespertino, como evidenciado na entrevista com os gestores, decorre da inexistência de cobertura e condições climáticas.

«[...] das 09:00 da manhã até as 15:30, 16:00h é um horário bem, bem vago mesmo, por que todas são ao ar livre então é muito sol e fica complicado frequentar (Gestor A).

«[...] na parte da manhã, começamos as 06:00 da manhã até as 09:00 da manhã, por conta do tempo (sol) e do horário de clima, algumas unidades oferecem a partir das 16:00h e outras até as 18:00h [...] lembrando que essas academias estão junto que os profissionais de Educação física trabalham em conjunto com a Unidade de Saúde» (Gestor B).

As AAL são instaladas predominantemente em parques e praças (Pinto, 2015) e, diferentemente do que ocorre com outros modelos, como as do PAS, não dispõem de cobertura. Por sua vez, o elemento climático exerce importante influência sobre a prática de atividade física de lazer da população brasileira, vez que conforme evidenciado em estudo elaborado por Vieira e Silva (2019), entre os adolescentes e adultos, o clima figura como principal barreira ambiental.

No presente estudo, a autonomia dos usuários que dispunham de orientação profissional visando a promoção de um estilo de vida fisicamente ativo, não se mostrou elevada, pois 80% afirmam não se sentirem autônomos para utilizar os aparelhos na execução dos exercícios físicos sem a presença do professor de educação física, enquanto apenas 20% consideram fazer uso de maneira segura e adequada dos aparelhos nos momentos em que não há orientação profissional.

As dificuldades sinalizadas, mesmo dispondo de acompanhamento e orientação, podem estar vinculadas a frequência com que elas ocorrem, pois, como evidenciado no depoimento, não são permanentes.

«Existe unidade que é feito diariamente [...] outras possuem orientação intervalada» (Gestor B).

«Hoje a gente tem alguns professores atuando em algumas academias que são nos parques e praças [...] a dificuldade é viabilizar a contratação desses professores» (Gestor A).

Os dados dos gestores, os relatos dos usuários e a organização estrutural dos profissionais, revelam a necessidade do aumento de professores de Educação Física para atuarem nas AAL em Campo Grande - MS, bem como maior disponibilidade de orientação e acompanhamento nas unidades que já dispõem desses serviços. A contratação de mais professores poderá minimizar essas limitações, dispondo orientações nas unidades não supervisionadas e proporcionando atendimentos por mais dias aos usuários que já possuem acesso ao serviço.

Essa tem sido a estratégia adotada frente a problemática em outras regiões do país, como Recife, que devido à expansão do PAS, a administração local realizou o primeiro concurso público para professores de Educação Física atuarem como Técnico em Saúde de Nível Superior nas academias locais (Silva, 2015); em Santo André – SP, por meio do projeto «Caminhando para a Saúde», foi aprovada a obrigatoriedade de um professor de Educação Física nos locais onde estão disponibilizadas as AAL (Câmara Municipal de Santo André, 2018) e, em Valinhos, a prefeitura realizou concurso público para professores de Educação Física atuarem de maneira exclusiva nas AAL, com serviço de orientação e acompanhamento da população (Prefeitura de Valinhos, 2016).

Conforme indica o quadro 1, devido à insuficiência de professores de Educação Física, aqueles que não dispõem de orientação, realizam os exercícios por conta própria com base no empirismo ou observação de outros usuários. Todavia, 52% não entendem a função dos aparelhos e, dentre os que compreendem, 87% não sabem qual grupamento muscular está sendo exercitado pelo aparelho utilizado.

Quadro 1.  
Uso dos aparelhos as AAL e compreensão dos usuários sobre as funções e grupamentos musculares trabalhados

	Frequência	
	Absoluta	Relativa
<b>Uso dos aparelhos</b>		
Conta própria	127	46%
Orientações de professores	100	36%
Observando outros usuários	36	13%
Orientações de usuários	14	5%
<b>Função dos aparelhos</b>		
Não compreende	143	52%
Compreende	132	48%
<b>Grupamentos musculares envolvidos</b>		
Não compreende	115	57,10%
Compreende	17	12,87%
<b>Uso das placas informativas</b>		
Sim	199	72,37%
Não	76	27,63%
<b>Capacidade informativa das placas</b>		
Suficientes	50	25,13
Insuficientes	149	74,87

Fonte: Dados da pesquisa

A não compreensão da função dos aparelhos e grupamentos musculares envolvidos, pode estar relacionada à ausência de acompanhamento e orientação, como também a não atuação permanente dos professores de Educação Física nas unidades que dispõem desse profissional. Isso faz com que, para maioria, a única informação sobre como executar os exercícios e os grupamentos musculares trabalhados, sejam as placas informativas instaladas nas unidades. Porém, esse mecanismo é ineficiente, vez que mesmo que a maioria revele ter lido, não compreendem a função do aparelho e grupamentos musculares.

A necessidade do acompanhamento profissional, bem como a insuficiência de informações para a execução dos exercícios, torna indispensável a presença do professor de Educação Física nos programas que ofertam atividades físicas em espaços de lazer, ainda mais ao considerar que este tipo de espaço tem ganho usuários com frequência.

Essa limitação acarreta em prática de atividades físicas de maneira não supervisionada. Sem o professor na unidade, não é possível realizar a análise diagnóstica no usuário e nem a adequação dos exercícios, uma vez que embora a política de promoção da saúde pautada em uma compreensão ampliada deva dispor de caráter comunitário e não individualizado, não se pode negar que alguns usuários demandam atenção especial e precisam ser atendidos em suas particularidades, conforme o posicionamento do gestor.

«[...] a gente precisa de mais profissionais [...] lembrando que a população de Campo Grande é uma população hipertensa, uma população diabética, uma população obesa [...] mais profissionais de educação física para o acompanhamento da população» (Gestor B).

A intensidade, a frequência, a duração, o modo de execução e até mesmo o acompanhamento da progressão da prática de atividades físicas no lazer, deve ser feita a partir da prescrição indicada pelo professor ligado ao programa (Barroso, Jardim, Vitorino, Bittencourt & Miquetichuc, 2008). Em que pese sermos partidários da importância do trabalho multiprofissional em prol da promoção da saúde, com ações compartilhadas, o professor de Educação Física é o responsável por orientar, acompanhar e prescrever a atividade física (Oliveira & Silva, 2008).

A execução eficiente, segura e adequada de gestos motores em aparelhos de exercícios resistidos exige conhecimentos anatômicos da estrutura corporal e técnicos do movimento humano, conhecimentos os quais os profissionais de Educação Física perpassam em sua formação acadêmica. Os exercícios resistidos, como os executados nas AAL, encontram-se nesse rol de movimentos, os quais são complexos, envolvem capacidades físicas de força e resistência, além de habilidades coordenativas.

O profissional deve realizar reconduções necessárias para que atenda as diversas faixas etárias, bem como as diferentes condições corporais (Schuh, Brand, Krug, Garcia, Gaya & Roth, 2015). A orientação (observação da execução motora do movimento e correção sempre que necessário) e motivação (ajuda, elogio e incentivo) de profissionais atuantes em academias da região de

Castilla-La Mancha, Espanha, para os usuários figuraram entre os principais indicadores de qualidade de profissionais atuantes em academias da região de Castilla-La Mancha, Espanha (Martínez, Martins, González-Villora & Campos, 2021). O atendimento personalizado figurou com fatores mais importantes para mulheres e idosos e treinadores gentis como principais motivadores para prática de atividade física entre estudantes do ensino médio, desempregados e idosos residentes ao norte de Quito, Equador (Martínez-Cevallos, Alguacil & Pascual, 2021).

O serviço de orientação e acompanhamento, além de oferecer atividades alternativas que podem suprir deficiências decorrentes da ausência da manutenção na aparelhagem, serve também como estímulo à população a praticar atividade física, devido às correções e adequações para cada sujeito frequentador (Hallal et al., 2009).

A prática pedagógica do professor auxilia o indivíduo a obter maior qualidade e rendimento na prática de atividade física no lazer. Inclusive fortalece os vínculos propostos pela visão da saúde ampliada por promover práticas de proteção à saúde (Falci & Balsário, 2013). Essa especificidade permite impactos em características que vão além da questão estética ou do bem-estar físico, envolvem conhecimento, proporcionam segurança, confiança e aspectos provenientes do bem-estar psicológico e social (Scabar, Pellicioni & Pellicioni, 2012).

A ausência de profissionais evidenciada reflete negativamente nas características organizacionais dos órgãos gestores, devido a afetar diretamente a população, vez que a maioria não dispunha de orientação por professor de Educação Física. A não disponibilização ou inexistência do professor nas unidades deixam de privilegiar a população com informações eficazes e motivação, pois o professor de Educação Física possui conhecimentos estratégicos para orientar e estimular a adoção de ações preventivas e analisar as possibilidades de oferecer outras experiências no lazer, tornando o espaço dinâmico, acessível e eficiente para a população.

A atuação de professores de Educação Física junto a usuários de espaços públicos de lazer semanalmente, de modo frequente, pode contribuir com maior sensibilização, incentivo à execução de exercícios, orientação e correções, elementos que são fundamentais para formação para autonomia no uso dos aparelhos e adoção de um estilo de vida com experiência de lazer.

O estímulo, a orientação, o acompanhamento e a instrução, quando pautada em perspectivas reflexivas,

ressignificam o espaço público em ambientes promotores de educação em saúde, o que corrobora com a liberdade de escolha e autonomia dos envolvidos para a prática de atividade física no lazer.

O professor de Educação Física é ator fundamental no processo de motivação à adesão de um estilo de vida fisicamente ativo no lazer. O estímulo à orientação, o acompanhamento e as instruções de modo adequado nas unidades das AAL, poderiam corroborar com a efetivação da PNPS, inclusive no processo de educação em saúde.

## Conclusões

Conclui-se que a atuação dos profissionais de Educação Física nas AAL na cidade de Campo Grande – MS é restrita e insuficiente, pois a maioria das academias não dispõe desse atendimento. A ausência de recursos financeiros para contratação se configura na principal responsável pela ausência de orientações na maioria das academias e atendimentos somente em horários específicos, naquelas que dispõem dos serviços.

Diante a esse quadro, critérios objetivos relacionados às demandas (procura da população), características dos espaços (estado de conservação e arborização) e dados epidemiológicos sobre doenças crônicas não transmissíveis nas regiões, são utilizados para alocação dos professores de Educação Física, o que evidencia a participação de atores invisíveis e visíveis nas decisões.

Os atendimentos ocorrem predominantemente no período matutino e em alguns locais no final da tarde e início da noite, com cronograma estabelecido com base no clima, em horários que o Sol está menos forte, em decorrência da ausência de cobertura nas academias, o que indica a urgência de mudanças na estrutura das AAL, como a implantação de coberturas.

Apesar da importância da criação destes espaços físicos para vivência de experiências de lazer, a política municipal direcionada às AAL é ineficiente no que tange a formação da população para autonomia, vez que a maioria dos usuários não se sente autônomos para utilizar os aparelhos para execução dos exercícios físicos sem a presença do professor de Educação Física, não entendem a função dos aparelhos e não sabem qual grupamento muscular está sendo exercitado, o que pode estar relacionado a predominância da ausência de acompanhamento profissional durante o uso dos espaços.

Diante da ausência de profissionais de Educação Física para orientação na maioria das academias e o atendimento restrito nas que dispõem do serviço, para

muitos as placas informativas são as únicas orientações sobre como usar os aparelhos, que segundo os usuários são insuficientes para lhes proporcionar segurança e autonomia na execução dos exercícios físicos.

Torna-se necessário repensar este modelo de gestão, em especial, dar condições financeiras para o desenvolvimento de ações, atividades e contratação de recursos humanos. Destaca-se a necessidade da contratação de profissionais de Educação Física estar presente na *agenda-setting* da política municipal, reconhecendo o esporte e o lazer como políticas sociais prioritárias. A contratação de mais professores poderá minimizar essas limitações, dispondo orientações nas unidades não supervisionadas e proporcionando atendimentos por mais dias aos usuários que já possuem acesso ao serviço.

Além de proporcionar o serviço para os frequentadores das AAL que não possuem orientação e acompanhamento, a ampliação do número dos professores de Educação Física pode impactar de forma positiva no empoderamento da população que tem acesso à prática pedagógica do profissional e corroborar com que venham a dispor de autonomia frente às decisões e adesão de um estilo de vida fisicamente ativo no lazer, sem ignorar as condições sociais, econômicas, políticas e culturais em torno do seu próprio contexto.

## Apoio

O presente artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento no Centro Oeste/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## Referências

- Anjos, V. A. A., & Silva, J. V. P. Política de promoção da saúde no lazer em academias públicas de Campo Grande - MS, Brasil. *Retos*, 39, 379-387. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.79382>
- Amorim, T. C., Knuth, A. G., Cruz, D. K. A., Malta, D. C., Reis, D. S., & Hallal, P. C. (2013). Descrição dos programas municipais de promoção da atividade física financiados pelo Ministério da Saúde. *Rev Bras Ativ Fis e Saúde*, 18(1), 63-74. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.18n1p63-74>
- Andrade, S. M. de O. (2015). *A pesquisa científica em Saúde: Concepção, execução e apresentação*. Campo Grande: UFMS.
- Anjos, L. A., Barbosa, T. B. C., Wahrlich, V., & Vasconcellos, M. T. L. (2012). Padrão de atividade física em um dia típico de adultos de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil: resultados da Pesquisa de Nutrição, Atividade Física e Saúde (PNAFS). *Cad. Saúde Pública*, 28(10), 1893-1902. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012001000008>
- Barroso, W. K. S., Sardim, P. C. B. V., Vitorino, P. V., Bittencourt, A., & Miquetichuc, F. (2008). Influência da atividade física programada na pressão arterial de idosos hipertensos sob tratamento não-farmacológico. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 54(4), 328-333. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302008000400018>
- Bobbio, N. (1987). *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Brasil (2006). *Portaria nº 687/GM/MS, de 30 de março de 2006*. Aprova a Política de Promoção da Saúde. Ministério da Saúde. Recuperado de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0687\\_30\\_03\\_2006.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0687_30_03_2006.html).
- Brasil (2011). *Portaria nº 1.402, de 15 de junho de 2011*. Institui, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica e da Política Nacional de Promoção da Saúde, os incentivos para custeio das ações de promoção da saúde do Programa Academia da Saúde. Ministério da Saúde. Recuperado de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1402\\_15\\_06\\_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1402_15_06_2011.html).
- Brasil (2017b). *Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017*. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde. Recuperado de <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/29/PRC-5-Portaria-de-Consolida—o—n—5—de-28-de-setembro-de-2017.pdf>.
- Brasil (2013). *Portaria nº 2.681, de 7 de novembro de 2013*. Redefine o programa academia da saúde no âmbito do sistema único de saúde (SUS). Recuperado de [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2681\\_07\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2681_07_11_2013.html).
- Brasil (2018). *Panorama nacional de implementação do Programa Academia da Saúde: monitoramento do Programa Academia da Saúde: ciclo 2017*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil (2015). *Política Nacional de Promoção da Saúde: revisão da Portaria MS/GM nº 678, de 30 de março de 2006*. Ministério da Saúde: Brasília.

- Brasil (2019). *Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico – VIGITEL*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Câmara Municipal de Santo André. *Projeto que prevê professor de Educação Física nas Academias ao ar Livre*. Recuperado de [http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1679:projeto-que-preve-professor-de-educacao-fisica-nas-academias-ao-ar-livre-e-aprovado&catid=13:noticias-em-destaque&Itemid=49](http://www.cmsandre.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1679:projeto-que-preve-professor-de-educacao-fisica-nas-academias-ao-ar-livre-e-aprovado&catid=13:noticias-em-destaque&Itemid=49).
- Carvalho, S. R. (2002). Saúde Coletiva e promoção à saúde: uma reflexão sobre os temas do sujeito e da mudança. *Tese (Doutorado)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Costa, B. G. G., Freitas, C. D. L., & Silva, K. S. (2016). Atividade física e uso de equipamentos entre usuários de duas Academias ao Ar Livre. *Rev Bras Ativ Fís Saúde*, 21 (1), 29-38. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.21n1p29-38>
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Dye, T. (2010). *Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas*. In: Heidemann, F., & Salm, J. F. (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 99-129.
- Falci, D. M., & Belisário, S. A. (2013). A inserção do profissional de Educação Física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. *Comunicação Saúde Educação*, 17(47), 885-899. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013005000027>
- Fermino, R. C., & Reis, R. S. (2013). Variáveis individuais, ambientais e sociais associadas com o uso de espaços públicos abertos para a prática de atividade física: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, 18(5), 523-535. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.18n5p523>
- Ferreira, J. C. V., & Ferreira, J. S. (2017). Promoção de atividades físicas na atenção primária à saúde: revisão integrativa de publicações em língua portuguesa. *Horizontes – Revista de Educação*, 5(9), 113-132.
- Ferreira, R. W., Caputo, E. L., Häfele, C. A., Jerônimo, J. S., Florindo, A. A., Knuth, A. G., & Silva, M. C. (2019). Acesso aos programas públicos de prática de atividade física no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Cad. Saúde Pública*, 35(2). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00008618>
- Fundação Municipal de Esportes (2016). Programa Movimenta. Recuperado de [https://www.campogrande.ms.gov.br/funesp/artigos/movimenta-campo-grande/\(PDF\)](https://www.campogrande.ms.gov.br/funesp/artigos/movimenta-campo-grande/(PDF)).
- Fundação Municipal de Esportes (2018). Projeto Lazer e idadania. Recuperado de <http://www.campogrande.ms.gov.br/funesp/projeto-lazer-e-cidadania/>.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas e Pesquisa Social*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas.
- GoPA! Global Observatory for Physical Activity 2016 [Available from: <http://www.globalphysicalactivityobservatory.com/>].
- Kingdon, J. (2007). *Juntando as coisas*. In: Saraiva, E., & Ferrarezi, E. (Orgs.). *Políticas Públicas*. Brasília – DF: ENAP. 225-245.
- Ibiapina, A. R. L., Moura, M. N., Santiago, M. L. E., & Moura, T. N. B. (2017). Caracterização dos usuários e do padrão de uso das academias ao ar livre. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 30 (4), 1-10. <https://doi.org/10.5020/18061230.2017.6688>
- Iepsen, A., & Silva, M. (2015). Perfil dos frequentadores das academias ao ar livre da cidade de Pelotas - RS. *Rev Bras Ativ Fís Saúde*. 20(4), 413. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.20n4p413>
- IBGE. (2017). *Práticas de esporte e atividade física: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Hallal, P. C., Carvalho, Y., Tassitano, R. M., Tenório, M. C. M., Warschauer, M., Reis, R. G., Cruz, D. K. A., Damascena, W., & Malta, D. C. (2009). Avaliação Quali-Quantitativa do Programa Academia da Cidade, Recife (PE): Concepções dos professores. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saude*, 14(1), 9-14. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.14n1p9-14>
- Khol, H., Craig, C. L., Lambert, E. V., Inoue, S., Alkandari, J. R., Leetongin, G., & Kahlmeier, S. (2012). The pandemic of physical inactivity: global action for public health. *The Lancet*, 380(9838), 294-305. [10.1016/S0140-6736\(12\)60898-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60898-8)
- Lopes, A. C. S., Ferreira, A. D., Mendonça, R. D., Dias, M. A. S., Rodrigues, R. C. L. C., Santos, L. C. (2016). Estratégia de Promoção à Saúde: Programa Academia da Cidade de Belo Horizonte. *Rev Bras Ativ Fís Saúde*, 21 (4), 379-384. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.21n4p379-384>
- Madren, C. (2013). Hit the (Outdoor) gym: a new era of fitness trails and outdoor gyms helps communities stay healthy. *Parks & Recreation*, 48(5), 40-45.
- Martínez-Cevallos, D., Alguacil, M., & García-Pascual, F. (2021). Análisis de los criterios de importancia y motivación para la elección de centros deportivos en función de variables sociodemográficas. *Retos*, 29,

- 439-445. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.80093>
- Martínez, J. I. O., Martins, F. M. L., González-Villora, S., & Campos, F. Estudio sobre la calidad percibida de los usuarios de fitness: a partir de sus características y preferencias según sexo y edad. *Retos*, 39, 477-482. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.80061>
- Mathias, N. G., Melo Filho, M., Szkudlarek, A. C., Gallo, L. H., R. C., Fermino, & Gomes, A. R. S. (2019). Motivos para a prática de atividades físicas em uma academia ao ar livre de Paranaguá-PR. *Rev Bras Ciênc Esporte*, 41 (2), 222-228. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.030>
- Matsudo, V. K. R., Araújo, T. L., Matsudo, S. M. M., Guedes, J. S. Usando a gestão móvel do modelo ecológico para promover atividade física. *Diagnóstico e Tratamento*, 11(3), 184-189, 2006. Recuperado em <http://celafiscs.org.br/>. Acesso em: 04 out. 2015.
- Micali, P. N., Fukushima, R. L. M., Carmo, E. G., Costa, J. L. R., & Codogno, J. S. (2019). Academias ao ar livre: expectativa ou realidade na promoção da saúde? *Conscientia e Saúde*, 18(3), 376-388. <https://doi.org/10.5585/conssaude.v18n3.13380>
- Moretti, A. C., Almeida, V., Westphal, M. F., & Bógus, C. M. (2009). Práticas corporais/atividade física e políticas públicas de promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*, 18(2), 346-354. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000200017>
- Mota, P. H. S., Viana, A. L., & Bousquat, A. (2016). Relações federativas no Programa Academia da Saúde: estudo de dois municípios paulistas. *Saúde debate*, 40(108), 64-73. <https://doi.org/10.1590/0103-1104-20161080005>
- Oliveira, A. L. de, & Silva, M. P. (2008). O profissional de Educação Física e a responsabilidade legal que o cerca. *XVI Simpósio Internacional Processo Civilizador*, Ponta Grossa.
- Oliz, M. C., Dumith, S. C., & Knuth, A. G. (2020). Utilização de serviços de educação física por adultos e idosos no extremo sul do Brasil: estudo de base populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25 (2), 541-552. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.14692018>
- Paiva Neto, F.T., Mazo, G. Z., Sandreschi, P.F., Petreça, D. R., RECH, C. R. (2019). Barriers to implementation of academia da saúde program in Santa Catarina. *J. Phys. Educ.*, 30, e3046. <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v30i1.3046>
- Pinto, S. C. dos S. (2015). *Ao ar Livre: Um estudo na Academia Popular de Santo Antônio em Vitória-ES*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Prefeitura de Valinhos. Professor de musculação da prefeitura dá orientações nas academias ao ar livre. Recuperado em <http://www.valinhos.sp.gov.br/noticias/professor-de-musculacao-da-prefeitura-da-orientacoes-nas-academias-ao-ar-livre>.
- Scabar, T. G., Pellicioni, A. F., & Pellicioni, M. C. F. (2012). Atuação do profissional de Educação Física no Sistema Único de Saúde: uma análise a partir da Política Nacional de Promoção da Saúde e das Diretrizes no Núcleo de Apoio à Saúde a Família. *Health Sci Institution*, 30(4), 411-418. <https://doi.org/10.5020/18061230.2017.6316>
- Schuh, L. X., Brand, C., Krug, S. B. F., Garcia, E. L., Gaya, A. R., & Roth, M. A. (2015). A inserção do profissional de Educação Física nas equipes multiprofissionais da estratégia saúde da família. *Revista Saúde*, 41(1), 29-36. <http://dx.doi.org/10.5902/2236583410514>
- Silva, K. R., Sena, R. R., Matos, J. A. V., Lima, K. M. S. V., & Silva, P. M. (2014). Acesso e utilização da Academia da Cidade de Belo Horizonte: perspectiva de usuários e monitores. *Rev Bras Ativ Fis e Saúde*, 9(6), 700-702. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v19n6p700>
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Silva, R. N. Avaliabilidade do programa academia da saúde no Recife: um estudo de caso. 105f. *Dissertação* (Mestre em Saúde Coletiva). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação Integrado em Saúde Coletiva, Recife, 2015.
- Souza, C., Fermino, R., Añez, C., Reis, R. (2014). Perfil dos frequentadores e padrão de uso das academias ao ar livre em bairros de baixa e alta renda de Curitiba-PR. *Rev Bras Ativ Fis Saúde*, 19(1), 86. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v19n1p86>
- Vieira, V. R., & Silva, J. V. P. (2019). Barreiras à prática de atividades físicas no lazer de brasileiros: revisão sistematizada. *Pensar a prática*, 22, 1-22. <https://doi.org/10.5216/rpp.v22.54448>